

Existe um Interesse Comum aos Países Ibéricos?*

Luís Braga da Cruz

Presidente da ENERNOVA, Novas Energias SA. (Grupo EDP)

Membro da Comissão de Selecção de Candidaturas ao Curso de Defesa Nacional

Resumo

Nas últimas quatro décadas, Portugal experimentou tais mudanças que vale a pena reflectir sobre as condições de manutenção das bases da nossa identidade singular, como País simultaneamente europeu, mas também de vocação extrovertida e atlântica. Após a adesão europeia conjunta, em 1986, é a crescente implicação económica da nossa relação com Espanha que maior perturbação lança sobre a capacidade de continuarmos a ter uma afirmação social e cultural autónoma como Estado. Este texto defende a relação entre o processo de construção da nossa identidade com o papel de actor global que soubemos jogar, em períodos específicos da nossa história, e que foi também razão para um certo isolamento que Portugal foi construindo em relação a Espanha. Trata das implicações da integração conjunta dos dois países numa Europa em mutação e com crescentes compromissos comuns. Caracteriza as mudanças radicais, no quadro das relações comerciais entre Portugal e Espanha e defende políticas públicas activas e tendentes a criar espaço negocial para a criação de um mercado ibérico, vantajoso para ambas as partes. Reconhece que, nesta relação, tanto há interesses comuns como há interesses específicos de cada um dos dois países e discorre sobre a forma de os reconhecer, salvaguardando o direito e a vantagem de manter as diferenças.

Abstract

In the last four decades Portugal underwent so many changes that it would be worth reflecting on the conditions for maintaining the bases of our unique identity as a country that is European but also extroverted and Atlantic in outlook. Following our joint accession to the European Economic Community in 1986, it is the growing economic implication of our relations with Spain that gives rise to the greatest concern over our capacity to continue to pursue our independent social and cultural affirmation as a State. This text defends the relation between the construction process of our identity and the role of global actor played by Portugal in specific periods of our history, which was also behind a certain isolation that was created in the relation between Portugal and Spain. It touches on the implications of the two countries' joint integration in a mutating Europe with growing common commitments. It characterizes the radical changes within the framework of trade relations between Portugal and Spain and defends active public policies aimed at creating an Iberian market that would be advantageous for both sides. It also acknowledges that in this relationship there are both common and specific interests for each of these countries and discusses how to recognize them whilst safeguarding the right to maintain these differences and their inherent advantages.

* Intervenção proferida no âmbito do 2.º painel "As Solidariedades externas de Portugal dentro e fora da União Europeia" inserido na Conferência "Europa e Globalização: Um Conceito Estratégico para Portugal", Palácio da Bolsa, Porto, 25 de Novembro de 2002.

1. Algumas considerações históricas e identitárias

Considero que na base da identidade de Portugal está a circunstância de ser simultaneamente um país de matriz cultural europeia e um território económico e social de vocação centrífuga.

Uma parte do seu carácter resulta, naturalmente, da sua localização geográfica. A sua posição no extremo ocidental do recortado continente europeu, tanto era o termo dos longos percursos migratórios das tribos que, em diferentes momentos da História mais longínqua, rumavam para oeste, como se constituía em plataforma de partida para as novas aventuras que o apelo e fascínio do atlântico representavam.

O carácter limite da Península Ibérica foi muitas vezes usado como espaço de confronto e tensão entre povos e gentes de diferentes culturas e motivações ideológicas, que aqui se foram fixando. Isto verificou-se tanto nos momentos mais remotos que antecederam a ocupação romana, como depois nas fases subseqüentes à desorganização daquele Império.

Porém, só depois da rotura entre os ténues equilíbrios existentes entre os reinos cristãos, que ocupavam a faixa norte da península entre o Condado de Barcelona e a Galiza, e a fragmentada organização das taifas islâmicas (estrutura da soberania árabe remanescente na Península após a queda do Califado de Córdoba), se criam as condições para a expansão e a afirmação autónoma dos diferentes estados peninsulares.

É neste período de Reconquista Cristã e no contexto desta tensão que se estabelecem as condições objectivas para que uma consciência de povo se transforme e ganhe consistência social. É a partir daqui que a vontade de ser um País com vida e identidade próprias faz de Portugal um conceito de Nação.

Entre os primeiros actos independentistas do nosso primeiro rei e a estabilização praticamente definitiva das fronteiras que ainda hoje temos (Tratado de Alcañices em 1297, no reinado de D. Dinis), são necessários apenas cerca de 150 anos. Na restante parte da Ibéria, como sabemos, várias fases de consolidação territorial, em momentos muito distintos e por um período muito mais prolongado no tempo (que culminam com a tomada do reino de Granada em 1492, pelos Reis Católicos), conduziram ao que é hoje a Espanha.

Mesmo que admitíssemos que, no final do século XV (na sequência do movimento aglutinador de Isabel e Fernando) ou no início do século XVI (com a ilusão de Carlos V de poder criar uma Monarquia Universal em contraponto ao poder espiritual do Papa), já fosse possível identificar ambições de totalização do domínio peninsular sob a mesma cabeça coroada, circunstâncias especiais não permitiram que tal se viesse a consumir,

senão muito mais tarde, precipitadas pelas dificuldades associadas à desastrosa sucessão de D. João III.

No entanto, Portugal, ao contrário dos outros reinos que contribuíram para o conceito de Espanha como estado integrador de diferentes povos, já tinha tido a oportunidade de construir uma identidade própria muito mais forte do que a daqueles e onde o factor da língua foi sempre determinante. À capacidade de resistir acrescentou-se o descontentamento, mas sobretudo uma sólida atitude cultural distinta e uma já consistente e singular diáspora pela sete partidas do mundo. Esta presença dispersa da cultura portuguesa no mundo, apesar de acusar menor consistência em alguns dos territórios em que estávamos, ou com quem lidávamos, porventura motivada por dificuldades resultantes da nossa menor força quantitativa, terá sido um dos mais importantes factores que permitiu que a independência de Portugal se voltasse a reconstituir.

Pode dizer-se, em resumo, que Portugal se soube organizar de forma autónoma, dotado de especificidade própria suficientemente forte para garantir uma identidade e um território de vocação atlântica e que, em períodos específicos da sua história, soube representar um papel de actor a nível global.

As relações de Portugal com a Europa sempre foram marcadas pelo eixo de interesses que aqui a Inglaterra identificou desde o século XIV, como reforço das suas opções de convivência e confronto com os maiores parceiros europeus com quem tinha de lidar. Tal regime de aliança, se por um lado encorajou e protegeu a consolidação da nossa autonomia como Estado Europeu, também contribuiu para um certo isolamento da nossa relação com a Europa, agravado pelo posicionamento periférico.

A circunstância de termos um único vizinho físico acentua o pendor de conflitualidade latente com Espanha, que tanto era invocado como elemento básico e estruturante da nossa independência nacional. Simultaneamente, se com a evolução histórica que consagra os estados-nação na Europa os conflitos entre Portugal e Espanha assumem um carácter menos belicoso, também é certo que se cavaram formas de maior isolamento e de alguma desconfiança mútua.

Mesmo no período que sucedeu ao termo da Guerra Civil de Espanha e mais particularmente depois da Grande Guerra 1939-1945, onde era fácil antecipar vantagens numa forte convivência política dadas as fortes afinidades ideológicas dos dois regimes, mesmo nessa altura o percurso de cada país peninsular, em relação às matérias que podiam e deviam interessar ao seu desenvolvimento comum, é marcado por uma completa dissintonia.

A consagrada fórmula popular portuguesa: - “De Espanha, nem bom vento nem bom casamento...” - é um bom resumo do sentimento anti-castelhano inculcado na formação de

muitas gerações de portugueses. Durante muitos anos as autoridades dos dois países escolheram e estimularam-nos a viver de “costas voltadas”, sem sentir a necessidade de olhar para o outro lado da fronteira como um outro espaço de oportunidade e de relação.

As zonas fronteiriças, mesmo na raia seca, onde a fronteira é por natureza permeável, ou ao longo do troço fronteiriço do Rio Minho onde existe a maior densidade demográfica de ambos os lados, foram-se constituindo como verdadeiros semi-espacos. De cada lado ficava uma realidade distinta, uma cultura diferente, outra gente... sem qualquer abertura para uma integração de valores.

É neste contexto de separação e isolamento que Portugal e Espanha chegam às mesas de negociação, tendo em vista a sua adesão à Comunidade Europeia em 1986. Porém, será interessante compreender (ou, simplesmente recordar) as profundas mudanças experimentadas pelos dois países nos anos que antecederam a adesão.

2. Portugal antes da adesão

A partir de 1960, Portugal e Espanha iniciam um processo de profundas mudanças sociais, as quais já se tinham manifestado na Europa logo a partir do fim da II Guerra Mundial. O que se verificara lá fora aconteceu também em Portugal e Espanha, mas mais tarde e a ritmos mais acelerados com fortes impactos na estrutura social dos dois países.

Como principais características dessa mudança em Portugal, podemos resumidamente referir as seguintes:

- Forte redução da população agrícola e da importância do mundo rural, envelhecimento da população e abandono de terras agrícolas;
- Crescimento da indústria transformadora, principalmente a Norte e terciarização a Sul;
- Deslocação do campo para a cidade com a desertificação demográfica de vastas áreas do interior, acentuando-se a litoralização do território;
- Emigração crescendo a ritmos nunca antes verificados, passando a ser a Europa o principal destino do movimento para o exterior.

Algumas consequências dessas mudanças têm um profundo impacto na economia do país e no comportamento dos portugueses:

- Aumentos salariais e do peso social da classe média;
- O PIB cresce a taxas inéditas (taxa anual média de 6% entre 1960/1973);
- O fluxo das remessas financeiras dos emigrantes, passando a ter um carácter permanente e regular, tem uma importância decisiva no equilíbrio da balança de pagamentos e nas contas nacionais;
- A agricultura de subsistência torna-se de importância residual;
- Forte crescimento do emprego nos sectores II e III;
- Início das manifestações do Estado-Providência nos sectores sociais (educação, saúde, protecção social) com implicações no peso do sector público na despesa nacional;
- A taxa de actividade feminina atinge valores muito elevados.

É importante recordar alguns dos factos mais relevantes, sob o ponto de vista económico e social, que marcaram o período anterior à revolução de 1974:

- As implicações económicas e sociais da Guerra Colonial (1961/1974) com três frentes: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau;
- Os efeitos de uma economia de guerra: cerca de metade da despesa pública em encargos militares, concentrando os investimentos infra-estruturais em África;
- A penalização de uma geração: mais de um milhão de jovens experimenta a mobilidade no País e em África;
- Paralelamente, Portugal passa a integrar a EFTA em 1972 e aproveita o grande crescimento verificado na procura europeia, reorientando o seu comércio externo para mercados mais desenvolvidos e exigentes: Alemanha, Reino Unido, França, USA;
- O início da captação de investimento directo estrangeiro em sectores estratégicos que contribuem para as mudanças no perfil da especialização industrial, na organização social do trabalho e na atitude dos portugueses;
- O Turismo como actividade emergente transforma-se num dos sectores económicos mais produtivos, com efeitos na construção civil, no emprego, mas sobretudo no equilíbrio da balança de pagamentos;
- Uma das vantagens comparativas da sociedade portuguesa mais persistente, continua a ser a baixa remuneração dos salários e a deficiente preparação técnica da sua

mão de obra, o que não impede a forte geração de emprego na indústria transformadora.

A evolução social que Portugal vinha experimentando desde o início dos anos sessenta é acelerada com a rotura política de 1974 e com as mudanças estruturais que esta inevitavelmente acarretou. Com a Revolução de Abril, Portugal experimenta uma rotura com as instituições do passado e vê precipitarem-se importantes mudanças na sua estrutura social. Podemos limitar como referência os seguintes pontos mais significativos:

- Com a criação de instituições democráticas e do pluralismo partidário, restabelecem-se os direitos fundamentais dos cidadãos e as primeiras eleições livres verificam-se em 1976 para os níveis centrais e locais;
- O processo de descolonização, que então se inicia, conduz à reintegração de mais de 600.000 portugueses oriundos das ex-colónias africanas (um crescimento de cerca de 7% da população portuguesa) com surpreendente tranquilidade;
- De 1974 a 1985 Portugal vive um clima de instabilidade política e social, típico de um período post-revolucionário, com alterações ao nível do relacionamento das instituições e no comportamento das pessoas, que condicionam a desejável convergência para um novo modelo de equilíbrio social e político;
- Verifica-se uma rápida redução da emigração para a Europa, com o início de um processo inverso; Portugal não é mais um país de emigração e transforma-se em país receptor de imigrantes: numa primeira fase oriundos das antigas colónias portuguesas e do Brasil, depois dos países da Europa Central e Leste;

3. Portugal e Espanha no quadro Europeu

Portugal e Espanha tinham já antes da data da adesão uma relação privilegiada com os países com quem partilhavam a identidade e as bases da civilização europeia e em especial os que fazem hoje parte da União, os quais se foram constituindo como parceiros económicos preferenciais.

Tal resultava por beneficiarem em antecipação de certos acordos para facilitar o comércio e, no caso português, como já se referiu, por ter pertencido ao espaço EFTA desde 1972. Porém, faziam-no sem darem conta completa do potencial de crescimento que

representava a inserção conjunta e simultânea numa Europa com crescentes compromissos para o estabelecimento de políticas comuns, para a integração de mercados e para a melhoria da coesão social interna.

Em especial, embora se presumissem os efeitos positivos da nova disciplina de relacionamento, não terá sido plenamente realizada a dimensão de tais implicações, acompanhadas por uma muito maior abertura da fronteira comum que os dois países ibéricos têm entre si e que antes tão pouco aproveitaram.

O facto de Portugal e Espanha terem uma vasta fronteira adjacente, de partilharem o espaço peninsular, de terem tido uma história de convivência e conflitualidade, ditada pela proximidade geográfica e pelo inevitável jogo de interesses que se foram consolidando num processo de construção de identidades distintas, mas com inúmeros traços de proximidade cultural, apesar de todas estas circunstâncias não teríamos tido - portugueses e espanhóis - a completa noção das oportunidades que poderiam emergir da exploração destes novos factores de aproximação.

Tratava-se também de uma abertura a novas atitudes que alguns souberam aproveitar, vencendo um certo efeito de surpresa, não tanto pela descoberta da realidade física existente do outro lado da fronteira, que melhor ou pior já íamos conhecendo, mas antes por racionalizarmos um sentido novo de pertença comum a um território europeu complexo, mas organizado e com implicações sequenciais, dado o carácter evolutivo da sua construção.

Este sentimento de pertença pode manifestar-se de forma difusa e progressiva em relação ao nível europeu, o que é útil porque vai consolidando a nova identificação, correspondente à cidadania europeia. No entanto, ao nível da cercania entre estados, a apropriação desta nova noção não é tão forte e tão rápida, dada a persistente dependência da forma tradicional como aprendemos os conceitos individualizantes de pátria e de nação que tanto moldaram a construção dos estados-nação da velha Europa.

Curiosamente, é à escala da relação regional e local que se apresentam formas de maior força inovadora e de dinamização do relacionamento. O exemplo da cooperação transfronteiriça, que entre a Galiza e o Norte de Portugal encontrou caminhos bem produtivos, assim como formas de expressão consideradas de muito interesse metodológico pela própria Comissão Europeia, pode ser convocado para sublinhar tal afirmação.

Quero dizer com tudo isto que o impacto da adesão europeia de Portugal e de Espanha, em simultâneo, abriu perspectivas de progresso para cada um dos dois países. Em primeiro lugar ao nível das relações bilaterais com a comunidade económica já existente, reforçando-se com alguns dos estados membros com quem já tínhamos maior tradição comer-

cial. Mas, sobretudo, fez-nos olhar para o vizinho do lado e explorar o que antes era quase ilusório e apresentava pouca expressão quantitativa.

Acresce que Portugal e Espanha tiveram percursos históricos extrovertidos sobre o mundo, tendo dispersado os sinais das suas culturas e os valores da sua matriz espiritual pelas diferentes paragens por onde andaram. Neste processo de diáspora, as línguas, com raízes filológicas comuns, apesar de alguma similitude que nos facilitou sempre uma atitude de compreensão, representaram um factor distintivo e diferenciador dessa presença.

Hoje, depois do compromisso de retorno à velha Europa, partilhamos pela primeira vez uma visão estratégica, obrigatoriamente unitária e responsável, de um projecto europeu que terá efeitos estruturantes tanto nas futuras relações bilaterais entre os nossos dois países, como nas ligações privilegiadas que temos com as comunidades com quem desenvolvemos no passado laços de cultura e com as quais nos honramos de partilhar o uso da língua.

4. As mudanças operadas na relação de Portugal com a Espanha

A transformação operada nas relações entre Portugal e Espanha após a sua adesão conjunta em 1986, transformaram profundamente o quadro de comércio externo dos dois países e com mais radical efeito em Portugal. De uma situação de relacionamento comercial entre os dois países ibéricos praticamente insignificante, assistimos a uma crescente orientação de cada uma das nossas economias para o seu parceiro peninsular.

A evolução da taxa de cobertura das importações de cada um dos dois países, pelo respectivo esforço exportador, não tem cessado de crescer. Enquanto a importância relativa da Espanha no comércio internacional de Portugal representava em 1985 apenas 4% das saídas e 7% das entradas, em 2001 o valor relativo das saídas de Portugal para Espanha andaria nos 18,6%, enquanto a quota de Espanha no mercado português já atingiu nesse ano os 26,5%. Assim, a Espanha passou a ocupar a 1.ª posição nas duas vertentes comerciais com Portugal.

Apesar de tudo o que foi dito, importa enfatizar que em termos absolutos, Portugal representa hoje para Espanha um parceiro económico importante, por exemplo mais relevante que toda a América Latina em conjunto. Em 2000, Portugal surge como o 9.º fornecedor de Espanha com 2,5% total das compras efectuadas e o 3.º entre os seus clientes com uma cota de 8,9%, logo a seguir à Alemanha e à França.

Porém, no ano de 2001 o maior saldo comercial positivo de Espanha verificou-se com Portugal, no valor de 6.200 M€, dado que as expedições de Portugal para Espanha no valor de 5.000 M€ continuam muito aquém dos 11.200 M€ das entradas em Portugal de produtos espanhóis.

O défice comercial (fob-cif) com a Espanha tornou-se o nosso maior défice, representando em 2001, por si só, cerca de 40% do défice global do País.

Nas suas trocas com a UE em 2001 a Espanha teve taxas de cobertura mais equilibradas que Portugal - de 83,6% contra 67,6%. Por outro lado, as trocas comerciais espanholas estão menos concentradas que as portuguesas no espaço comunitário: as importações a partir da UE em Espanha representaram em 2001, 63,9% do total (em Portugal 74,2%), enquanto as importações representaram 71,3% do total de Espanha (em Portugal 79,6%).

No que respeita ao investimento directo líquido entre os dois países ibéricos, este tem tido um comportamento irregular nos últimos anos, assistindo-se em 2000 a uma acentuada revitalização. O investimento de Portugal em Espanha representou nesse ano 27,2% do total do investimento líquido português, ocupando a segunda posição a seguir ao Brasil. A Espanha, em contrapartida foi o principal investidor em Portugal com 38% do investimento total líquido. Em 2001 o investimento de Portugal em Espanha foi reforçado para 37,9% (ultrapassando a posição que o Brasil vinha liderando como destino do esforço de internacionalização do nosso investimento). Em contrapartida, em 2001, o investimento espanhol em Portugal esmoreceu para 14,6% cedendo a primeira posição ao Reino Unido.

Pode concluir-se que o grau de interdependência das duas economias peninsulares é cada vez maior, beneficiando de uma situação favorável de incremento global do comércio intra-europeu e também internacional. No entanto, se as taxas de crescimento das nossas importações de Espanha e das nossas exportações para Espanha crescem a valores superiores aos que caracterizam o correspondente relacionamento externo de Portugal, tal significa que estamos a perder diversidade de relacionamento. Estamos a ficar mais mono-dependentes, isto é a comprar e a vender cada vez mais a Espanha e a perder cota noutros mercados com quem tínhamos relações.

Será que isto é negativo e que tem de ser obrigatoriamente aceite? Perante um fenómeno de forte pendor evolutivo, que se encontra ainda longe de estar estabilizado, os dois Estados e os respectivos Governos devem sentir-se obrigados a um exercício de aguda prospectiva económica e a um esforço de maior percepção sobre os elementos que determinam as opções dos agentes económicos e das empresas dos dois países.

Estando a verificar-se esta nova estruturação económica e social tão intensa entre os dois países, as medidas devem ser assumidas a diferentes níveis e com a noção que podem afectar desigualmente os diferentes escalões de carácter territorial. Por um lado as regiões fronteiriças têm inevitavelmente que desempenhar um novo papel no espaço conjunto dos dois países. Estamos perante um contexto novo que constitui uma oportunidade extremamente importante para a nossa fronteira comum. Por outro, temos a margem de manobra a nível da relação bilateral entre os dois estados. Quando tive responsabilidades governativas, a percepção dos dois Governos sobre esta matéria eram evidentes, podendo ser apontado como exemplo a iniciativa assumida pelo Governo Português no sentido de considerar a presença e os produtos de empresas portuguesas em Espanha como a primeira prioridade no apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Foi não só afirmado por responsáveis políticos, tanto de Portugal como de Espanha, que deve ser sua atribuição a criação de condições objectivas para facilitar a vida às empresas que adoptaram o país vizinho como área de expansão privilegiada para os seus negócios, produtos e serviços, como foram eleitas medidas de política que pudessem estabelecer plataformas de negociação permanente, sobre as temáticas mais decisivas.

Os dois governos reconheceram que a crescente implicação das duas economias ibéricas não deve ser encarada com qualquer sentimento de apreensão ou receio mas, muito pelo contrário, de forma adulta e responsável, tendo a noção que a construção de um verdadeiro mercado ibérico é uma aquisição incontornável e que pode mesmo ser favorável como posicionamento conjunto mais robusto face ao espaço do Mercado Único Europeu. Os mercados português e espanhol estando cada vez mais integrados e assumindo uma forte especificidade no próprio Mercado Interno Comunitário, reclamam uma actuação concertada entre as autoridades dos dois países.

São exemplos práticos disso as bases do acordo para o estabelecimento do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica (MIBEL), assinado entre os dois ministros da Economia em Novembro de 2001, com o compromisso de poder entrar em funcionamento em Janeiro de 2003. Tal processo consistiu fundamentalmente numa iniciativa de Portugal aceite por Espanha, que traduzia a expressão de uma forte vontade política de definir metas para garantir melhores condições para o tráfego de energia por reforço das interligações entre os dois países, na aceitação da construção conjunta de um único operador para compra e venda de energia para toda a Península Ibérica (isto é, a criação de uma bolsa, à semelhança do que já existe hoje entre os países escandinavos e se verificará amanhã em todo o espaço

européu) e, finalmente, no estabelecimento de uma disciplina de encontros regulares para harmonizar procedimentos e eliminar barreiras que condicionam a vida aos operadores e empresas.

Foram eleitos os interlocutores de ambos os lados, definidas tarefas e prazos e estabelecido um apertado quadro de monitorização política de todo o processo. Previamente, Portugal fez ajustes internos significativos no sentido de liberalizar e dinamizar o mercado que contribuiriam para que o MIBEL pudesse ser não só um desafio de ajustamento para as duas administrações, mas também um instrumento a favor da competitividade das empresas portuguesas e espanholas, que quisessem usar o território conjunto como novo palco da sua actuação. Simultaneamente, estas acções foram acompanhadas de um intenso processo participativo, assim se tentando dar a conhecer os objectivos e levar a que as empresas portuguesas se impliquem de forma responsável num cenário que envolve riscos, mas também desafios e oportunidades.

Uma abordagem semelhante merecia a problemática da concorrência. São conhecidas as tradicionais barreiras, muitas vezes de contorno meramente burocrático e interno, que condicionam a acção de empresários portugueses que querem operar em Espanha. Defendemos e criámos condições para que uma nova abordagem pudesse ser desenvolvida em Portugal, que permitisse a criação de uma entidade independente e de carácter regulatório, com poderes para dirimir os conflitos que nesta área se vão colocar de forma crescente, até por força da descentralização de atribuições que se está verificando em matéria de luta contra actos de concentração e de posição dominante, do nível europeu para o nível de cada estado-membro. Ora a experiência do MIBEL, autoriza a pensar que uma metodologia similar poderia trazer grandes vantagens e minimizaria as tais actuações perversas que são usadas para condicionar o acesso ao mercado espanhol por parte dos portugueses.

A intenção seria propor às autoridades espanholas um ambiente de diálogo activo semelhante, visando a convergência e a harmonização de procedimentos, de forma a haver uma articulação obrigatoriamente aceite pelas estruturas políticas e administrativas dos dois países.

Um terceiro aspecto de relevância para estimular a abordagem conjunta de políticas públicas entre Portugal e Espanha seria ao nível da chamada política de empresa e das Pequenas e Médias Empresas, com o propósito de propiciar um enquadramento favorável à sua competitividade. Como se sabe a dimensão da Economia Portuguesa não tem favorecido a constituição em Portugal de grupos de dimensão europeia (mesmo à escala

ibérica são escassos...), pelo que o papel muito especial no crescimento económico e na geração de emprego está reservado às PME's.

A questão que se coloca é esta: como superar o défice de capacidade concorrencial associado à dimensão da nossa economia e à contingência da sua localização em espaço periférico? A resposta tem de ser encontrada na dinamização de contactos entre empresas dos dois países: por sectores específicos ou por áreas geográficas ou regionais com afinidades; por exploração de complementaridades de especialização; por associação em regime de trabalho em cooperação para ganhar escala sem perder identidade (exemplo dos acordos entre empresas de estampagem para o sector automóvel).

Como áreas de intervenção podem referir-se algumas em que nos preocupámos em impulsionar: permitindo o acesso a recursos tecnológicos já existentes, evitando duplicações desnecessárias (caso dos acordos de complementaridade entre centros tecnológicos de apoio à indústria automóvel), independentemente do lado da fronteira em que estão localizados; por harmonização de sistemas de certificação de qualidade e de enquadramento regulamentar e administrativo; maior facilidade de acesso a novos esquema de acesso a crédito.

Para isto é necessário uma postura proactiva estimulando que do lado do associativismo empresarial se criem verdadeiros centros empresariais para prospecção económica, detecção de oportunidades e estimulação de parcerias. Torna decisivo que estes centros veiculem conhecimento e promovam encontros periódicos entre empresários.

Estou pessoalmente convencido de que só haverá progresso no Mercado Ibérico, qualquer que seja o sector (Eléctrico, Concorrência, Política de Empresa), se não houver hesitação, se existir uma esclarecida vontade política e se este for alimentado por um ambiente de negociação permanente e continuado. Isto quer dizer que é necessário saber o que se quer e como se deve fazer.

Para haver progresso nas relações entre Portugal e Espanha, seja ao nível interregional, seja a nível nacional, tem de haver um prévio acerto sobre as plataformas de diálogo, mesas de negociação, calendários a cumprir, com a consciência de possíveis ganhos para ambos os lados. Sem um ambiente de trabalho efectivo, não há agenda política e arriscamo-nos a ficar só por manifestações de mera intenção. O mais grave será que em vez de trabalho convergente sejamos confrontados com decisões unilaterais, que condicionam ou comprometem o sadio desenvolvimento futuro das nossas relações e o difícil processo de negociação convergente.

Na relação de Portugal com Espanha, dada a diferença de escala das nossas duas economias, o risco da decisão espanhola ser tomada sem atender ao interesse português

tem implicações cada vez mais graves e de difícil correcção, por sucessiva redução da nossa margem de manobra. Por isso, defendo que o progresso negocial só não é lento se cumprir os quesitos que antes enunciei. Para não falar em exemplos negativos, invoco em meu favor o exemplo dos estudos para a ligação ferroviária Porto-Vigo, desenvolvidos com rigor e seriedade por iniciativa da CCRN e da Xunta da Galiza em 1999-2000 e que por isso mesmo estão hoje nas agendas políticas nacionais em matéria da rede do comboio de alta velocidade.

Há dias, líamos nos órgãos de comunicação social uma referência à vontade da Ibéria tomar uma posição na nossa transportadora de bandeira, não se privando de anunciar a disponibilidade, se tal acontecesse, em circunscrever a actividade da TAP aos mercados que julgava não terem ainda suficiente competitividade a partir de Madrid. Para quem se preocupa com os eventuais riscos que o novo Aeroporto da Ota pode representar para as ambições de Pedras Rubras, num quadro do noroeste peninsular, melhor seria começar a desconfiar desta posição inaceitável por parte da Ibéria.

Tudo isto só prova como é importante o ambiente de diálogo permanente e contínuo, fundado na confiança e no respeito pela especificidade de cada um dos dois povos, de forma a impedir que sobre os grandes temas não haja decisão parcial e que a opinião pública seja alimentada de informação que lhe ajude a compreender o que será o nosso futuro comum.

5. Que futuro para Portugal no novo contexto europeu?

A última presidência europeia portuguesa, no primeiro semestre de 2000, ficou para a história da construção europeia como um forte contributo, hoje referido como Estratégia de Lisboa. Correspondeu a um propósito ambicioso e de carácter prospectivo: o desejo de ver a economia europeia consagrada como a mais moderna e competitiva do mundo, apenas no espaço de uma geração.

Este objectivo, para ser alcançado, valorizaria o emprego tecnológico, a investigação científica e, de uma forma geral, uma atitude de inovação qualitativa das instituições europeias. Porém, sem prejudicar, os valores estimáveis da coesão social e da cultura, que justamente nos distinguem dos demais espaços geográficos mundiais. Os avanços da cimeira de Barcelona, em início de 2002, não só não questionaram tal orientação como tornaram mais explícita a importância social deste desígnio.

A questão que se coloca então a Portugal é a de esclarecer como ajustar a sua economia e o seu comportamento, como país de identidade própria, aos desafios de tal espaço europeu e em que medida a relação com o país vizinho nos pode servir para atingir esse objectivo ou, se pelo contrário não tem contribuído para o comprometer.

Temos a noção que, nos dezasseis anos de convergência acelerada correspondentes a outros tantos que levamos após a adesão, a envolvente externa do espaço económico com que lidamos manifestou também importantes mudanças. Trata-se assim de um processo duplamente dinâmico, que reclama uma inversão no estilo de abordagem das questões e uma mobilização de novas atitudes. A via terá de ser sempre a partir dos problemas para as políticas, do debate participado para as soluções, dos grandes princípios para os instrumentos de acção.

Nos últimos 28 anos, Portugal assimilou o sentido histórico dos seus cinco séculos de diáspora pelo mundo, depois do retorno aos 90.000 km² do estreito rectângulo europeu. Tinha, como ponto de partida em 1974 um défice estrutural que o apartava de um activo e normal convívio europeu. Experimentou progressos ao nível das infra-estruturas de base, no acesso a bens de carácter social (como exemplo, a despesa no sector da saúde sofreu um acréscimo de 82% nos últimos cinco anos...), na modernização da sua máquina produtiva. Muito importa ainda fazer. O fundamental é balizar as grandes opções para o seu crescimento, preservando o que Portugal tem de específico, como factor de diferenciação virtuosa.

Os grandes desafios que se colocam no imediato a Portugal, nomeadamente na sua relação com Espanha, não podem deixar de ter em conta três aspectos fundamentais. O valor atlântico e marítimo da sua localização geográfica para contrariar a desvantagem da sua excentricidade em relação ao centro da Europa. O interesse na progressiva articulação da sua economia no espaço ibérico, para beneficiar de maior dimensão de mercado a partir do reforço da proximidade com Espanha e suas autonomias fronteiriças. A exploração de uma capacidade de penetração do investimento português em países terceiros, como uma forma de as empresas de pequena e média dimensão ganharem escala. A América Latina e particularmente o Brasil são um destino privilegiado para essa escolha (nos últimos seis anos o Brasil foi destino de mais de 6.000 milhões de euros de investimento de Portugal...).

Tal como a França ou a Alemanha, nos anos 60 e 70, também Portugal procede hoje à aceitação de emigrantes de países exteriores e à deslocalização de empresas de maior intensidade de mão de obra para espaços mais favoráveis, mantendo em território nacional os centros da respectiva condução estratégica.

É uma nova fase que se abre para melhorar a produtividade da economia portuguesa, que exige uma mudança da sua especialização, alinhada com os propósitos que a Estratégia de Lisboa definiu para a Europa. A Espanha, dada a proximidade física e cultural que tem a Portugal não ficará nem indiferente nem incólume a estas modificações.

A questão que me era colocada neste painel era esta: Será que existe um interesse comum aos países ibéricos? Muito já ficou dito em torno do tema que o comprova. Porém, tenho a noção de que temos que ser muito mais activos e atentos a diferentes níveis. Há interesses de Portugal e interesses de Espanha, como sempre houve. Só que antes, podíamos conviver cada um com os nossos interesses autónomos sem que isso afectasse significativamente os interesses do outro. Hoje é diferente, visto que o interesse de Espanha manifesta-se em Portugal de forma progressiva sem que o inverso se acautele.

O grau de interpenetração já existente das nossas duas economias, que não cessa de crescer, dados os desequilíbrios a que chegámos, obrigam-nos a reflectir sobre os fundamentos da nossa identidade e a redefinir valores específicos que não podem ser incluídos no que classificamos como interesse comum. Para começar, deverá ser feito um esforço para dar a conhecer a todos os agentes económicos, sociais e culturais a importância e o risco da época em que vivemos e dar ênfase à tentativa de compreender o que podem significar a mudanças que se avizinham e quais as alterações de atitude por parte de Portugal e de Espanha.

Sob o ponto de vista económico é importante aproveitar os sectores em que se antecipam ciclos de desenvolvimento de forma que a participação nacional portuguesa no fabrico de bens transaccionáveis possa subir significativamente. Isso só será possível desde que um conjunto de políticas públicas seja concertado e devidamente articulado com estratégias industriais e tecnológicas dos sectores envolvidos. Novos "clusters" podem ser estimulados em Portugal, como no caso das energias renováveis em que até 2010 deverá ser atingido um volume de investimento da ordem dos 5.000 M€. Neste domínio, pode ser explorado o paralelismo com o que representou e pode ainda vir a ser reforçado na indústria do sector automóvel. A instalação de importantes empresas de montagem alavancou pequenas e médias empresas, estabeleceu níveis de elevada exigência qualitativa e capacitou todo um sector que antes tinha escassa presença no País.

Torna-se urgente a necessidade de desenhar um esquema mais claro para a definição do futuro interesse comum. Para que os riscos sejam menores é indispensável fazer um exercício por antecipação de cenários de maior previsibilidade, mas que nos sintamos mais

seguros e preparados e para que as autoridades sejam mais acertivas na definição das políticas públicas associadas.

Uma palavra para os sistemas de ensino: especial, superior e tecnológico. Já defendi que no quadro de integração forçada das nossas duas economias é decisivo não pensar mais no simples mercado interno português como área de actuação dos nossos agentes económicos e sociais. Entre nós e a Europa, entre o antigo mercado cativo português e o Mercado Único Europeu, há uma realidade específica em que temos de nos afirmar com prioridade - o Mercado Ibérico - encarando-o como uma extensão natural do mercado interno português, sem preconceitos e de forma confiante e corajosa.

Receio, sinceramente, que as nossas universidades e politécnicos (muito em especial os das regiões fronteiriças...) continuem a trabalhar num registo ultrapassado. Quando se define a procura potencial para os diplomados de um curso de uma dada escola, em função da área geográfica em que se encontra e da realidade social da sua envolvente, quantas vezes nos esquecemos que as fronteiras já não existem, a começar pela fronteira mais próxima. É necessário que os estudos de línguas, cultura, história e economia de Espanha apareçam na definição curricular dos cursos e que as escolas portuguesas se apercebam que o seu mercado não se pode limitar mais ao território nacional.

Estamos chegados ao domínio das políticas de juventude. Penso que deveríamos construir programas específicos para estimular a mobilidade dos jovens, aproveitando o período de formação universitária, criando com reciprocidade quotas para alunos do país vizinho, bolsas de pós-graduação ou estágios profissionais.

Será talvez a este nível que progressos mais rápidos podem ser alcançados no sentido de desfazer os preconceitos derivados da mais importante fronteira que ainda hoje subsiste: a do desconhecimento mútuo. A ignorância e o défice de conhecimento sobre a realidade do outro só pode conduzir a comportamentos inúteis e prejudiciais à necessidade de maior compreensão e agudeza de análise. São estes últimos atributos os que mais se reclamam para combater a arrogância e a irritação, que se manifestam quando não se está preparado para compreender as novas condições da envolvente. Só conhecendo-nos bem, nos saberemos respeitar mutuamente e construiremos o interesse comum.

Para terminar, gostaria de colocar uma interrogação provocatória que é sempre legítimo formular: será que neste cenário de perda de poder de decisão e de controle dos seus próprios destinos, Portugal corre riscos como País? Um país pode definir-se como um território físico em que um povo se organizou de forma singular e distinta de todos os outros, assimilando o depósito da experiência histórica e cultural dos seus maiores. Assim se constituiu um corpo de valores que tomou como referência de identidade aquilo que

entende dever defender – a sua Pátria. Mas para que as pátrias subsistam é importante que os países se saibam organizar para defender os interesses daqueles que se reclamam dessa cidadania. E é aqui que aparece o conceito de Nação que pretendemos que continue a ser útil para a defesa da Pátria e do País que é Portugal.

Disse um dia que, se me pedissem para escolher o dito que mais me seduz, quando o habitante da Invicta cidade do Porto quer autocaracterizar a sua cidade, não podia deixar de invocar a afirmação surpreendente, afectiva e genuína: – “O Porto é uma Nação”. E tal estará bem certo se entendermos o conceito de “nação” como o de uma comunidade de gente fundada numa história e com um destino comum, com fortes afinidades de espírito, mas sobretudo com uma grande vontade de preservar a sua identidade original.